

# **PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO CIVIL DE SETÚBAL E AZEITÃO**

**ANTÓNIO CUNHA BENTO  
INÊS GATO DE PINHO  
MARIA JOÃO PEREIRA COUTINHO**  
COORDENAÇÃO CIENTÍFICA



COORDENAÇÃO CIENTÍFICA **ANTÓNIO CUNHA BENTO | INÊS GATO DE PINHO | MARIA JOÃO PEREIRA COUTINHO**

TEXTOS **ANA CLÁUDIA SILVEIRA** IEM/FCSH/NOVA | **ANA DUARTE RODRIGUES** CIUHCT/FCUL | FCT-UNL  
**ANA LÚCIA BARBOSA** ICOMOS | CERIS-IST/UL | **ANTÓNIO CUNHA BENTO** INVESTIGADOR  
INDEPENDENTE | **BRUNO FERRO** CMS | **CARLOS Mouro** INVESTIGADOR INDEPENDENTE |  
**CARLOS TAVARES DA SILVA** UNIARQ-UL | **CÉSAR MEXIA DE ALMEIDA** INVESTIGADOR  
INDEPENDENTE | **DIOGO FERREIRA** IHC/FCSH/NOVA | **FRANCISCA RIBEIRO** CMS | **HÉLDER  
CARITA** IHA/FCSH/NOVA | **HUGO O'NEILL** APCA | **INÊS GATO DE PINHO** CERIS-IST/UL | **JOÃO  
BERNARDO GALVÃO TELES** LMT-CONSULTORES EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO | **JOÃO SANTOS**  
IHC/FCSH/NOVA | **JOÃO VIEIRA CALDAS** CITUA-IST/UL | **JOAQUINA SOARES** MAEDS-AMRS |  
UNIARQ-UL | **MARIA ALEXANDRA TRINDADE GAGO DA CÂMARA** UAB | CHAIA-EU |  
ARTIS-FLUL | CITAR-UCP | **MARIA JOÃO BOTELHO MONIZ BURNAY** PNA | FLUL | **MARIA JOÃO  
PEREIRA COUTINHO** IHA/FCSH/NOVA | **MANUELA TOMÉ** CMS | **MIGUEL MONTEZ LEAL** IHA/  
FCSH/NOVA | **PEDRO FERNANDES** INVESTIGADOR INDEPENDENTE | **PEDRO FLOR** UAB | IHA/  
FCSH/NOVA | **PEDRO MARQUES ALVES** INVESTIGADOR INDEPENDENTE

DESIGN DE COMUNICAÇÃO **DDLX – DESIGN COMUNICAÇÃO LISBOA**

EDIÇÃO **LASA – LIGA DOS AMIGOS DE SETÚBAL E AZEITÃO | ESTUÁRIO**

IMPRESSÃO **RAINHO & NEVES**

PATROCÍNIOS **SANTANDER TOTTA | INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL |  
CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL | QUINTA DO ALCUBE**

Depósito Legal: 456004/19

ISBN: 978-972-8017-30-9

Os artigos, imagens e norma ortográfica utilizadas são da responsabilidade dos autores.

Os editores não aceitam qualquer responsabilidade por qualquer uso indevido de texto e imagens.

# ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO</b>	9
<b>VESTÍGIOS DE DOMUS NA SETÚBAL ROMANA</b> JOAQUINA SOARES E CARLOS TAVARES DA SILVA	11
<b>O PATRIMÓNIO DA FAMÍLIA QUEIMADO DE VILALOBOS / MIRANDA HENRIQUES EM SETÚBAL NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XV PARA O XVI</b> ANA CLÁUDIA SILVEIRA	23
<b>QUINTA DAS TORRES, EM AZEITÃO</b> HÉLDER CARITA	47
<b>A QUINTA DE BRÁS AFONSO DE ALBUQUERQUE EM AZEITÃO: ARQUITECTURA, ESCULTURA E AZULEJO NO RENASCIMENTO</b> PEDRO FLOR	69
<b>A QUINTA DA BACALHOA: REGULARIZAÇÃO DO ESPAÇO E CONTROLO DA NATUREZA</b> ANA DUARTE RODRIGUES	87
<b>OS PAÇOS DOS DUQUES DE AVEIRO EM SETÚBAL</b> JOÃO VIEIRA CALDAS E MARIA JOÃO PEREIRA COUTINHO	111
<b>EDIFÍCIOS DE USO CORRENTE NO NÚCLEO ANTIGO DE SETÚBAL: A TIPOLOGIA ARQUITECTÓNICA QUE PERSISTE</b> MANUELA TOMÉ	141
<b>OS MIRANTES DAS CASAS RELIGIOSAS FEMININAS E A SUA ADAPTAÇÃO AO USO CIVIL. O CASO DE SETÚBAL: MEMÓRIAS E PERMANÊNCIAS</b> ANA LÚCIA BARBOSA	161
<b>PAREDES QUE FALAM ENTRE A REGRA E A IMAGINAÇÃO. A ROTA DO PATRIMÓNIO AZULEJAR EM CONTEXTO CIVIL DE SETÚBAL E AZEITÃO</b> MARIA ALEXANDRA TRINDADE GAGO DA CÂMARA	177
<b>AS ARTES DECORATIVAS, ENTRE A VIDA PRIVADA E O ESTATUTO SOCIAL. ESTUDO DE (ALGUNS) ARTEFACTOS DO ACERVO DO MUSEU DE SETÚBAL/CONVENTO DE JESUS</b> FRANCISCA RIBEIRO	195
<b>A ARQUITECTURA CIVIL AO SERVIÇO DA CASA RELIGIOSA: PROPRIEDADES URBANAS E RURAIS DO COLÉGIO DA COMPANHIA DE JESUS DE SETÚBAL. A QUINTA DO ESTEVAL.</b> INÊS GATO DE PINHO E JOÃO BERNARDO GALVÃO TELES	209

<b>A SAÚDE DA NOSSA IDENTIDADE CULTURAL ESTÁ NA VIDA DAS PEDRAS E DOS SÍTIOS – REVISITAR O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO DA FAMÍLIA O’NEILL NA REGIÃO DE SETÚBAL (1740 – 2018)</b>	233
HUGO O’NEILL	
<b>DO TOPÓNIMO AOS ESTANTES – SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS PRÉDIOS RÚSTICOS E URBANOS DE SETÚBAL EM 1762</b>	257
ANTÓNIO CUNHA BENTO	
<b>O EDIFÍCIO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA DO DISTRITO DE SETÚBAL: CONTRIBUTOS PARA A SUA HISTÓRIA</b>	297
CÉSAR MEXIA DE ALMEIDA	
<b>FORMA E FUNÇÃO – OBSERVAÇÕES RELATIVAS À NATUREZA DOS ESPAÇOS E PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO DAS ANTIGAS QUINTAS DA BAIXA DE PALMELA</b>	309
PEDRO FERNANDES	
<b>UMA QUINTA ROMÂNTICA NO CORAÇÃO DE SETÚBAL: O OUTEIRO DA SAÚDE</b>	329
MARIA JOÃO BOTELHO MONIZ BURNAY	
<b>PEREIRA CÃO (1841-1921), PERCURSO E OBRA DE UM PINTOR SETUBALENSE</b>	351
MIGUEL MONTEZ LEAL	
<b>SETÚBAL AO ESPELHO – A COLEÇÃO FOTOGRÁFICA DE AMÉRICO RIBEIRO: UM SINGULAR INVENTÁRIO ARQUITETÓNICO DA CIDADE E UM PATRIMÓNIO SETUBALENSE A PRESERVAR</b>	365
BRUNO FERRO	
<b>O BAIRRO SALGADO, SETÚBAL (ALGUMAS NOTAS)</b>	375
CARLOS MOURO	
<b>SETÚBAL E A POLÍTICA HABITACIONAL DO ESTADO NOVO NA DÉCADA DE 1940: O BAIRRO PRESIDENTE CARMONA (1948) E O BAIRRO DE CASAS ECONÓMICAS DA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (1949)</b>	401
DIOGO FERREIRA E JOÃO SANTOS	
<b>“CASAS EVOLUTIVAS” NO BAIRRO DO CASTELO VELHO, EM SETÚBAL</b>	431
PEDRO MARQUES ALVES	
<b>NOTAS BIOGRÁFICAS E CURRICULARES DOS AUTORES</b>	447
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b>	459

## A QUINTA DE BRÁS AFONSO DE ALBUQUERQUE EM AZEITÃO: ARQUITECTURA, ESCULTURA E AZULEJO NO RENASCIMENTO

**PEDRO FLOR**

UNIVERSIDADE ABERTA / INSTITUTO DE HISTÓRIA DA ARTE – NOVA/FCSH

A envolvente territorial de Azeitão, bem perto da serra da Arrábida a sul de Lisboa, recebeu ao longo de várias épocas o natural interesse de populações que viam nessa zona aprazível e fértil um lugar privilegiado para se estabelecerem. A produção vinícola que beneficia das encostas amenas aí existentes e a exploração dos extensos olivais dispersos por toda essa zona serviram de modo de subsistência e de foco de atração para os povos, pelo menos desde a pré-História.

O legado romano e a ocupação islâmica na região demonstram bem a importância que ambas tiveram no desenvolvimento local, sobretudo junto do estuário do Sado para as práticas comerciais e piscatórias (além da salga do peixe no Creiro) e também junto de Vila Nogueira de Azeitão no que à lavoura diz respeito<sup>1</sup>. A via romana de comunicação terrestre que ligava *Olisipo* (Lisboa) a *Emerita Augusta* (Mérida) pelos principais povoados da região como *Equabona* (Coina) e *Caetobriga* (Setúbal) facilitava os elos de comunicação entre populações e explica a existência desde cedo em Azeitão de *villae rusticae*

\* O autor quer agradecer a Maria João Pereira Coutinho o convite endereçado para participar no Colóquio “Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão”, no Auditório da Casa da Baía em Setúbal, nos dias 18, 19 e 20 de Abril de 2018, além da integração na Comissão Científica desse evento. Uma palavra de reconhecimento à Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão (LASA) e a Inês Gato Pinho.

1 João Luís CARDOSO, “António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos”, in *Setúbal Arqueológica*, vol. 15, 2014, pp. 11-44.

destinadas à produção agrícola. Ao invés, as evidências arqueológicas da presença muçulmana na zona não abundam mas a toponímia de raiz árabe e as terras moçárabes de que falava Jaime Cortesão têm sustentado a ideia de que a civilização islâmica se estabeleceu igualmente ao redor de Azeitão<sup>2</sup>.

Se o hiato documental e arqueológico que parece haver entre o fim da ocupação árabe e o século XIII dificulta o entendimento acerca da história da região, existe sim o consenso de que no arrabalde de Vila Nogueira de Azeitão se estruturou um conjunto de povoados e aldeias em direção, ora a Sesimbra (sudoeste), ora a Coima (norte), ora ainda a Setúbal (leste), passando naturalmente por Vila Fresca. Não vamos trazer para o presente capítulo toda a história relativa a esses espaços que são muitos e com vivências variadas. Considerando o âmbito temático do nosso texto, que se debruçará no essencial sobre o século XVI, procurámos consultar fontes capazes de nos ilustrar acerca da relevância de Azeitão no contexto da arquitectura em Portugal, onde se insere o exemplo da apelidada e bem conhecida Quinta da Bacalhoa em Vila Fresca. Com efeito, para termos uma ideia da diversidade de aldeias localizadas no domínio de Azeitão e da forte implantação de palácios e quintas de recreio (a par da produção agrícola) que ajudaram a estruturar o espaço urbano, as vias de comunicação e o desenvolvimento de novos lugares, podemos socorrer da leitura atenta da *Memoria historica de azeitam* de 1726, de autoria ainda desconhecida mas atribuível ao Pe. Manuel Caetano de Sousa, onde se descrevem com algum pormenor as *Aldeas de Azeitam* e as *Quimtas*. Através da escrita do autor, somos informados logo na viragem do primeiro quartel do século XVIII que, tanto as famílias da primeira nobreza portuguesa, como outros elementos dos quais destacamos aqueles ligados à fidalguia e clerezia, possuíam várias propriedades na margem sul do Tejo<sup>3</sup>. Partilhamos agora esta informação menos divulgada, igualmente útil para os estudiosos da casa senhorial portuguesa que não apenas a da Bacalhoa.

Assim, sobre as *Aldeas*, o autor enumera as seguintes: Camarate, Aldeia dos Pinheiros, As Vendas, Vila Fresca (esclarecendo a origem francesa do topónimo), Aldeia dos Castanhos, Aldeia de Nogueira, Aldeia Rica, Aldeia de Oleiros, Aldeia dos Irmãos, Coima-a-velha de Cima, Porto de Caimbras, Porto da Vila e Coima-a-velha de Baixo.

Depois, no tópico dedicado às *Quimtas*, o autor regista quase duas dúzias delas que passamos a contar, acrescentando entre parêntesis rectos alguns dados para melhor clarificar a posse: Paço do Duque de Aveiro [família Lencastre, à época D. Gabriel Ponce de Leon de Lencastre, 7<sup>o</sup> Duque]; Quinta

---

2 Jaime CORTESÃO, *Portugal, a terra e o homem*, Lisboa, Ed. Artis, 1966, pp. 222-223, citado por Margarida CALADO, *Azeitão*, Lisboa, Ed. Presença, 1993, p. 23. Ver igualmente Pe. Manuel Frango de SOUSA, "Alcub", in *Azeitão. A nossa terra*, n.º 4, 21/09/1987.

3 Biblioteca Nacional de Portugal, Secção de Reservados, COD 208 - *Memorias Geographicas e Historicas da Provincia da Estremadura - Memorias historicas de Azeitão* [1726], fls. 63-79.

do Alcube ou do Porteiro-mor [José de Melo e Sousa]; Quinta da Torre ou do Marquês das Minas [D. António Caetano Luís de Sousa, 4<sup>o</sup>]; Quinta de João Correia Passos; Quinta do Sargento-Mor; Quintas de António de Brito em Vila Freyre e em Oleiros; Quinta do Bacalhao na qual se alojou o rei D. Afonso VI [à época na posse de João Guedes de Miranda Henriques Mendonça e Albuquerque, filho do 11<sup>o</sup> senhor de Murça, Luís Guedes de Miranda]; Quinta do César na qual se alojou o Infante D. Pedro depois rei D. Pedro II (Vasco Fernandes César, 1<sup>o</sup> Conde de Sabugosa?); Quinta de Francisco de Almada na Malpartilha (Má Partilha) [senhor de Carvalhais]; Quinta dos Velosos na Aldeia das Castanhas [Gaspar Veloso Cerqueira], outrora lugar de convento do Bom Pastor de dominicanas; Quinta de Estêvão Pegado [Valadares] na Aldeia das Castanhas; Quintas Velha e Nova de D. Francisco de Sousa do Morgado do Calhariz; Quinta das Torres de João Pedro Soares [Soares da Cotovia, provedor da Alfândega de Lisboa]; Quinta de João Mendes, Juiz dos Órfãos de Alfama, pertencente a D. Constança, mãe do rei D. Fernando [também referida como Quinta da Nogueira e existente desde 1367]; Quinta da Torre do Conde de Povolide [Tristão da Cunha Ataíde, 1<sup>o</sup>]; Quinta de Foyos [família Foyos Pereira?]; Quinta do Doutor José de Matos Rocha (médico); Quinta da Conceição e Quinta do Peru de António Cremer [holandês, cavaleiro da ordem de Cristo e casado com D. Catarina Sofia Van Zeller]; Quinta de Pedro de Almeida; Quinta de Manuel de Almeida de Carvalho, Juiz-Geral das Ordens [Dezembargador dos Agravos, Deputado do Santo Ofício e da Assembleia de Malta e membro do Conselho da Rainha] e, por último, Quinta do Zambujeiro de Francisco de Oliveira. Acrescenta ainda o memorialista que existe uma Quinta pertencente ao Conde da Atouguia [D. Luís Pedro de Ataíde, 10<sup>o</sup>?] que há época pertencia aos Cónegos Regrantas de S. Vicente de Fora<sup>4</sup>.

As ermidas arroladas nas *Memorias* de 1726, a par das casas conventuais, espelham a natureza da espiritualidade da zona e documentam o culto religioso praticado então nas freguesias de S. Lourenço e S. Simão que pertenciam ao território de Azeitão: na primeira, uma casa da Misericórdia; o mosteiro S. Domingos dos Pregadores; o dos Capuchos de Nossa Senhora da Arrábida; a ermida de Nossa Senhora de Penha de França na Quinta de João Mendes; a de S. Marcos na Aldeia de Oleiros cuja fundação coubera a José da Costa Branco; a de S. Sebastião na Aldeia dos Irmãos; a de S. Pedro em Coima-a-velha; a de Nossa Senhora da Conceição na Quinta de António Cremer; a de invocação desconhecida na Quinta do Conde da Atouguia; as várias ermidas situadas na serra da Arrábida (Bom Jesus, Nossa Senhora da Memória e Santa Margarida<sup>5</sup>. Na segunda freguesia, destacavam-se as ermidas de Santo Ovídio e Santa Helena, S. Francisco do Couto ou da Serra e S. Gonçalo no Seboal, todas per-

4 *Memorias Geographicas e Historicas...*, fl. 64-64v.

5 *Memorias Geographicas e Historicas...*, fl. 63v.



Fig. 1 Quinta de Brás Afonso de Albuquerque (Vila Fresca de Azeitão), conhecida por Quinta da Bacalhôa

tencentes ao Marquês das Minas; a ermida de Nossa Senhora das Brotas também do mesmo Marquês mas não pertencente à paróquia; a de Nossa Senhora do Cabo em Palhavã, adiante da Fonte de S. Simão; a de Nossa Senhora dos Remédios em Aldeia das Castanhas na Quinta dos Velosos.) A antiguidade da freguesia de S. Lourenço (1344) e a criação de juízo próprio e independente do de Sesimbra (1367) mostram que a comunidade era extensa e necessitava de uma divisão diocesana e administrativa devida<sup>6</sup>.

Aponte-se por fim a menção nas *Memórias* de várias fontes em Azeitão, testemunhos indeléveis da abundância de água e da riqueza do solo para a prática e desenvolvimento da agricultura, e também das condições de habitabilidade do território: a fonte de S. Simão; a fonte do Pesseiro; a fonte do Paço; a fonte do Gonçalo; a fonte de Oleiros; a fonte da Aldeia Rica; a fonte da Aldeia de Nogueira; a fonte da Torre na Quinta do Conde de Povolide; a fonte Santa da Aldeia dos Irmãos; a fonte de Coina-a-velha; a fonte no Porto na Arrábida e a fonte do Pereiro junto da Quinta nova de D. Francisco de Sousa (capitão da Guarda alemã) “da qual Quinta he ou foy a dita fonte”<sup>7</sup>. De resto, a amenidade de Azeitão, a qualidade dos recursos naturais, a vasta produtividade do solo e o lugar cimeiro que ocupou na vilegiatura de nobres e grandes do reino era bem conhecida como o comprovam as palavras deixadas nos *Commentarios*,

6 *Collecção dos Documentos, e Memórias da Academia Real da Historia Portugueza*, [nº 15, fl. 4], Lisboa Oc., Of. Joseph Antonio da Sylva, 1726. Fundada em tempo do governo do Bispo de Lisboa D. Vasco Martins, foi só durante o múnus de D. Teobaldo de Castillon que se terminou a edificação da igreja, à custa das esmolos dos moradores de Azeitão.

7 *Memórias Geographicas e Historicar...*, fl. 65v.

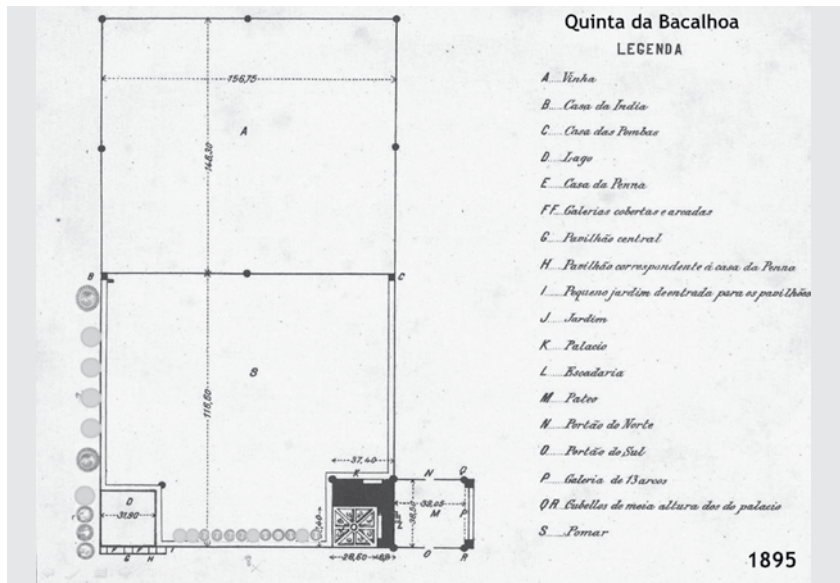


Fig. 2 Vista área da Quinta de Brás Afonso de Albuquerque elaborada por Joaquim Rasteiro (1895)

coligidos por Brás Afonso de Albuquerque (1557), por Frei Nicolau de Oliveira (1620), pelo Pe. Bartolomeu Pereira (1640) ou pelo Pe. António Carvalho da Costa (1712)<sup>8</sup>.

Para o historial da Quinta da Bacalhoa, matéria que nos interessa explorar neste capítulo, parte do essencial já foi escrito por Joaquim Rasteiro na monografia intitulada “Quinta e Palacio da Bacalhoa em Azeitão” de 1895<sup>9</sup>. Esta obra deriva da investigação levada a cabo pelo conhecido autor, membro então da Comissão dos Monumentos Nacionais sob presidência de Possidónio da Silva, e publicada pela primeira vez no *Jornal do Commercio* em 1892<sup>10</sup>. Importa por ora frisar os factos mais marcantes, bem como os proprietários e respectivas marcas patrimoniais deixadas nesta quinta, a todos os níveis excepcional, tanto do ponto de vista arquitectónico, como do ponto de vista artístico no tocante à decoração cerâmica ornamental.

A aquisição da então designada Quinta de “Villa Feyxe” em 1427 coube ao Infante D. João (1400-1442), Mestre da Ordem de Santiago, pouco depois de ter contraído matrimónio em 1424 com a sobrinha D. Isabel, filha de D. Afonso, 1º Duque de Bragança. O estatuto social atingido pelo casal exigiu certamente

8 *Commentarios de Afonso Dalboquerque capitão geral e governador da Índia...* [1557], Lisboa, Joam Barreyra, 1557; Frei Nicolau de OLIVEIRA, *Livro das Grandezas de Lisboa* [ed. 1620], prefácio de Francisco Santana, Lisboa, Ed. Vega, 1991; Pe. Bartolomeu PEREIRA, *Pacificados libri duodecim...* [1640], Coimbra, Tipografia de Manuel de Carvalho, 1640; Pe. António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal...*, tomo terceiro, Lisboa, Of. Real Deslandesiana, 1712.

9 Joaquim RASTEIRO, *Inícios da Renascença em Portugal / Quinta e Palacio da Bacalhoa em Azeitão - monographia historico-artística*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

10 Lúcia ROSAS, *Monumentos Pátrios - a arquitectura religiosa medieval: património e restauro (1835-1928)*, vol. I, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p. 143.

a construção de casas nobres e a eliminação de outras mais modestas, que remontariam ao tempo da posse da propriedade por Álvaro Anes, barbeiro do rei que a emprazara em 1421. Tal edificação só deverá ocorrer por volta de 1433, época coincidente com a mercê de doação da quinta, por parte do irmão, o rei D. Duarte. Este privilégio veio a ser confirmado depois em 1485 e em 1496 por D. João II e D. Manuel I respectivamente<sup>11</sup>. Em 1440, datam as primeiras referências à estada do Infante D. João na sua quinta através da emissão de alvarás, conforme documentação do Tombo de Sesimbra levantada por Joaquim Rasteiro na obra que temos vindo a citar.

Não existem dados sobre o término das obras empreendidas pelo Infante D. João (fal. 1442) mas estas poderão ter continuado sob a égide da herdeira da propriedade, a filha D. Beatriz (1430-1506) que veio a casar-se em 1447 com o primo D. Fernando, Duque de Beja e de Viseu. A documentação um pouco mais tardia (1490) relativa à Quinta de “Villa Feyxe” menciona a existência de caseiros, lavradores, foreiros, mordomo e escrivão e outros funcionários ao serviço de D. Beatriz, o que nos leva a crer que o património edificado era já significativo e a propriedade encontrava-se em pleno funcionamento.

A julgar pela área remanescente, o primitivo palácio deveria corresponderia, pelo menos, ao núcleo inicial joanino (anos 40 do século XV) e ao acrescento/conclusão para norte, empreendido pela nova proprietária, D. Beatriz (anos 60/70?). Por outras palavras, as casas abobadadas em ogiva deverão pertencer ao quarto mandado construir pelo Infante D. João e o corpo rectangular que lhe é anexo poderá já pertencer à campanha de obras de D. Beatriz, da qual os azulejos valencianos de Manises encontrados na Quinta parecem constituir preciosa reminiscência<sup>12</sup>. De recordar que D. Beatriz e até D. Fernando encomendaram azulejos desta qualidade tanto para a capela de Santa Catarina no Mosteiro de Guadalupe (Cáceres) em 1461 e nessa época também para o palácio de Beja, junto do Convento de Nossa Senhora da Conceição dessa vila<sup>13</sup>. O consumo desta tipologia específica de azulejos (ou *rajolas*) é bem revelador do gosto dominante junto dos Duques de Beja e justifica a opção tomada para parte do revestimento dos espaços da residência de Azeitão.

A herança da quinta ficou nas mãos da bisneta, D. Brites de Lara (n. 1502), que nascera da ligação matrimonial entre D. Afonso, Condestável (1480-1504), neto de D. Beatriz e filho de D. Diogo, e D. Joana de Noronha, irmã de D. Fernando de Menezes, 2º Marquês de Vila Real. Por seu turno, D. Brites de Lara casa-se (1519) com o primo D. Pedro de Menezes, 3º Marquês de Vila Real<sup>14</sup>. Explica Joaquim Rasteiro que por ocasião deste matrimónio se des-

11 Joaquim RASTEIRO, *op. cit.*, pp. 12-13.

12 João Miguel dos Santos SIMÕES, *Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI*, Lisboa, FCG, 2ª ed., 1990, pp. 54-55.

13 Florival Baião MONTEIRO, *Arte Azulejar de Beja – séculos XV a XX*, Beja, Associação para a Defesa do Património Cultural de Beja, 2015, pp. 29-37.

14 Além do que vem escrito em Joaquim RASTEIRO, *op. cit.*, p. 14, ver também a este respeito D. António

membrou a propriedade em duas partes, sendo a vizinha quinta das Torres, dada em dote por D. Brites de Lara a D. Maria da Silva, filha do influente Vasco Anes Côrte-Real, pelo casamento com D. Pedro de Eça<sup>15</sup>. A parte correspondente ao núcleo inicial do Infante D. João acabou por ser vendida em 1528 a Brás Afonso de Albuquerque (c. 1500-1581), filho do Vice-Rei D. Afonso de Albuquerque (c. 1450-1515), por quatro mil cruzados de ouro, no valor de um milhão e seiscentos mil reis, “com todos os seus paços, casas, adegas, lagares, terras de pão, vinhas, pomares, olivais, pinhaes, matos e terras baldias, pascigos e aguas”<sup>16</sup>.

Será no período da posse de Brás Afonso de Albuquerque que se irá imprimir a actual feição do palácio que, por motivos históricos e estilísticos, nunca poderia ser nem do tempo do Infante D. João, nem de D. Beatriz, nem sequer de D. Brites de Lara. É certo que Brás Afonso irá aproveitar parte do edifício já construído, mas vai envolvê-lo com dois corpos rectangulares, cuja divisão se articulará em torno de pequenas torres de cúpulas gomadas nos extremos norte e nascente. A harmonização do edificado, agora de cariz clássico em detrimento da linguagem formal da arquitectura do último gótico, parece comprovar a actualidade estética e o gosto *ao romano* que se apressava a comparecer em edifícios, retábulos, tapeçarias e outras obras artísticas coevas.

Se a viagem empreendida por Brás Afonso de Albuquerque a Sabóia em 1521, por ocasião do matrimónio da Infanta D. Beatriz com o Duque Carlos III, o terá influenciado ao ponto de ordenar a construção da Casa dos Bicos em Lisboa num tom mais moderno do que a frente ribeirinha da capital exibia então, o périplo por terras andaluzes (Sevilha) em 1526 para acompanhar a Infanta D. Isabel quando se consumou o enlace com Carlos V poderá tê-lo convencido em usar também na nova casa de vilegiatura rural em Azeitão (recém comprada) uma linguagem decorativa assente no uso sistemático da azulejaria<sup>17</sup>.

A presença de azulejos de várias técnicas, todas de sabor sevilhano, tal como já acontecia em outros edifícios em Portugal (Sé de Coimbra, Paço da Vila de Sintra etc.), parece reforçar a ideia de que a viagem à Andaluzia foi de facto decisiva para o entendimento do azulejo como suporte moderno, capaz de falar em simultâneo *ao romano* com os motivos decorativos nele presentes, mas mantendo aqui e ali o tom formal e cromático familiar ao gosto do público

Caetano de SOUSA, *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II, Lisboa oc., Of. Sylviana da Academia Real, 1736, pp. 283-292 e IDEM, *ibidem*, tomo V, Lisboa oc., Of. Sylviana da Academia Real, 1738, pp. 111-120.

15 Joaquim RASTEIRO, *op. cit.*, p. 14.

16 Transcrito por Joaquim RASTEIRO, *op. cit.*, p. 15. Ver igualmente D. António Caetano de SOUSA, *Historia genealógica...*, tomo V, pp. 148-149.

17 Ana Isabel BUESCU, “A Infanta Beatriz de Portugal e o seu casamento na Casa de Sabóia (1504-1521)”, in Maria Antónia LOPES e Blythe Alice RAVIOLA (eds.), *Portugal e o Piemonte: a Casa Real Portuguesa e os Sabóias: nove séculos de relações dinásticas e destinos políticos (sécs. XII-XX)*, Coimbra, Imp. da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 51-100. Ver também Hélder CARITA, *A Casa Senhorial em Portugal – modelos, tipologias, programas interiores e equipamento*, Lisboa, Leya, 2015, pp. 109-116.

português. Do nosso ponto de vista, a harmonização que Brás Afonso impõe à “Bacalhoa” não residiu só no revestimento dos antigos espaços medievais de Quatrocentos com a nova linguagem arquitectónica clássica, mas também na manutenção da decoração azulejar (no chamado “estilo hispano-mourisco”) que ainda marcava a paisagem ornamental dos interiores das casas nobres no nosso país.

O prestígio alcançado no seio da Corte manuelina-joanina, mercê dos privilégios monetários recebidos, e a ligação à primeira nobreza do reino, através do casamento em c. 1520 com D. Maria de Noronha, filha de D. António de Noronha, escrivão da puridade de D. Manuel I e mais tarde (1525) o primeiro Conde de Linhares, fizeram de Brás Afonso de Albuquerque uma personagem bem consolidada do ponto de vista social e financeiro no final da década de 20 do século XVI, facto que não deveremos rejeitar. Recordemo-nos que, logo em 1524, ele emprestava quantia elevada (6000 cruzados) ao rei para que este suprisse a despesa de uma armada que enviava à Índia<sup>18</sup>.

As evidências documentais sobre Brás Afonso de Albuquerque não abundam para o período entre a aquisição da quinta de Azeitão e a edição no início de 1557 dos *Commentarios*. Esta extensa obra apologética dos feitos do pai no Estado da Índia baseava-se em rica epistolografia e foi dedicada ao rei D. Sebastião. O silêncio das fontes e um possível afastamento de Brás Afonso da Corte durante os anos 30-50 são factos de difícil explicação, tendo em conta o que fica dito em matéria de proeminência social e económica do fidalgo. Além disso, tanto as missões navais de cariz militar no norte de África (c. 1530-40), como o papel de Provedor desempenhado junto da Misericórdia de Lisboa (c. 1542) são manifestamente informações escassas para entender melhor a biografia de Brás Afonso<sup>19</sup>. Certa é a dedicação votada por ele à nova quinta de Azeitão, visível através do patrocínio de várias campanhas de obras, umas de cariz arquitectónico, outras de índole ornamental, ocorridas quase em simultâneo entre as décadas de 40 e 60 do século XVI.

Sem ter dados concretos sobre a cronologia destes trabalhos, que poderão ter conhecido algumas interrupções, pensamos que numa primeira fase (c. 1540-50) iniciaram-se as intervenções de ampliação da casa. A planta idealizada, que aproveitou a pré-existência de espaços do período tardo-medieval como vimos, forma um L que parece cintar e unificar todo o conjunto edificado (Fig 1). De acordo com Amílcar Gil Pires, a tipologia em L plasmada na Villa Villoresi em Florença oferece paralelismos visuais com a magnificente Quinta de Brás Afonso não só em termos de implantação e de acessos, bem como

---

18 Rui Manuel LOUREIRO, “Algumas notas sobre Brás de Albuquerque e os *Commentarios de Afonso Dalboquerque* (Lisboa, 1557)”, palestra proferida na Biblioteca Nacional de Portugal no âmbito do colóquio sobre “Afonso de Albuquerque – 500 anos”, 2015, pp. 1-15. Texto publicado em 2016 e disponível em <http://www.academia.edu/26546711>

19 Rui Manuel LOUREIRO, *op. cit.*, p. 6.



Fig. 3 Fachada nobre do palácio da Quinta do Marujal (Montemor-o-Velho)

a estruturação espacial da propriedade e a relação entre espaços, respectiva circulação e vistas, onde marcam presença também lago e jardim<sup>20</sup>. Em suma, utilizando o pensamento de Hélder Carita, a reorganização de todo o conjunto, agora adquirido por Brás Afonso, exprimiu-se genericamente numa “sábia e coerente articulação dos diferentes elementos arquitectónicos, pátio de entrada, corpo habitacional, jardim murado e terraços da quinta, onde observamos a aplicação de esquemas geométricos e proporcionais, baseados no quadrado e no duplo quadrado, de notória racionalidade”<sup>21</sup>.

Nos ângulos da casa de Azeitão, utilizaram-se torreões cilíndricos de cúpulas gomadas que asseguram a circulação entre as várias partes e registos da casa. Esta intervenção visava engrandecer o novo espaço recém-adquirido. Tal como em Lisboa com a edificação da Casa dos Bicos, também em Azeitão Brás Afonso propõe novo modelo arquitectónico, desta feita com a aplicação nas fachadas de um revestimento clássico sóbrio e despojado, dissipando-se assim os possíveis vestígios decorativos e planimétricos medievais e acentuando-se a proporcionalidade e a simplicidade dos novos corpos edificados.

Esta tipologia de edificado, de formas compactas e de acentuada ortogonalidade, quebrada talvez pelas arcarias térreas encimadas por varanda deitada ao jardim (outrora zona de cultivo), encontra paralelos na arquitectura do tempo, de que a casa da Quinta do Marujal (Vila Nova da Barca / Montemor-o-velho) de c. 1540 (Fig. 3) constitui belo exemplo<sup>22</sup>. Edifício atribuído à arte de Miguel de Arruda, esta quinta apresenta volumetria muito semelhante, onde não falta também um pátio murado de recepção de tradição vernacular.

20 Amílcar Gil PIRES, *A Quinta de Recreio em Portugal – vilegiatura, lugar e arquitectura*, Lisboa, Caleidoscópio, 2013, pp. 433-435.

21 Hélder CARITA, *op. cit.*, p. 110.

22 Maria de Lurdes CRAVEIRO, *A Arquitectura “ao romano”*, vol. IX, col. Arte Portuguesa – da pré-História ao século XX, Dalila RODRIGUES (coord.), Fubu Editores, 2009, pp. 111-112. Ver também Augusto dos Santos CONCEIÇÃO, *Terras de Montemor-o-velho*, Câmara Municipal de Montemor-o-velho, 1992, p. 368 e A. Correia GÓIS, *Concelho de Montemor-o-velho – a terra e a gente*, Câmara Municipal de Montemor-o-velho, 1995, p. 200.

Em Azeitão, na fachada norte do palácio, a tripla arca-da com bustos nas enjuntas encontra correspondência visual com a do Marujal ao nível do primeiro registo. Todavia, no segundo registo, a solução de Azeitão passa pelo uso de seis arcos que subdividem os inferiores, enquanto em Montemor o arquitecto optou pelo uso de seis colunas toscanas, estas prolongando o ritmo da arcaria do piso térreo. Em todo o caso, parece existir uma familiaridade formal entre os dois edifícios que urge explorar para extrairmos mais informação sobre esta campanha de obras dos anos 40-50 de Azeitão que deverá ser contemporânea à do Marujal. De recordar que a capela de Santa Leocádia, pertencente à Quinta, ostenta a data de 1541, alusiva talvez ao término das obras e que coincidirá também com a da construção da casa<sup>23</sup>.

A influência formal do tratado de Cesare Cesariano, *De architectura* [1521] exercida sobre o arquitecto das duas quintas, em particular os desenhos do fôlio 89 *Palestrarum exedrarum...* e *Gymnasivm palestra* (Fig. 4), é gritante e explica-se talvez à luz do perfil esclarecido e culto dos encomendantes de ambas as obras: de um lado Brás Afonso de Albuquerque, educado no seio da Corte e figura muito viajada; de outro Diogo Afonso, Secretário do Cardeal Infante D. Afonso (filho de D. Manuel I) e homem de posses e muito interessado em História, sendo responsável pela “Historia da vida e martyrio de Santo Thomaz Arcebispo de Cantuaria” [1554] e pela redacção da “Vida e milagres de Santa Isabel Rainha de Portugal” [1560]<sup>24</sup>.

Tanto num caso como no outro, a fonte parece ser comum pois copia, com alguma liberdade, a sugestão visual impressa em Cesare Cesariano<sup>25</sup>. Ao contrário do sucedido em Montemor, onde a arcaria e varanda são rematadas nos extremos por torres de secção quadrangular, em Azeitão o edifício principal é pontificado nos ângulos por torreões de secção cilíndrica, a lembrar guaritas como ficou dito. A decisão de colocar torres quadrangulares só se verifica na Casa de fresco (também designada por Casa do Lago), espaço oposto ao palácio, um pouco mais tardio, e ao qual se acede atravessando o jardim.

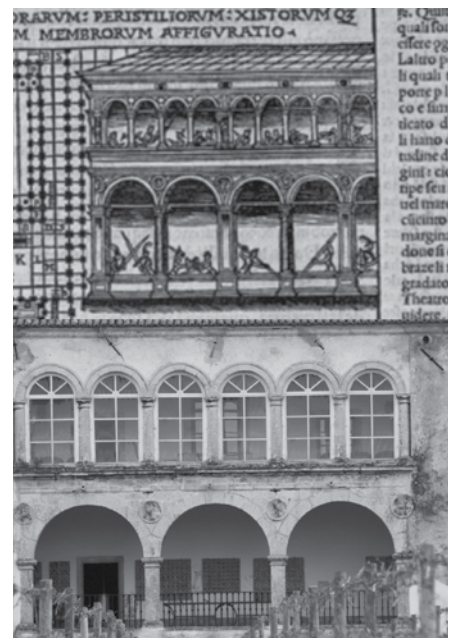


Fig. 4 Comparação entre o fôlio de Cesare Cesariano (1521) com a “varanda de Lisboa” da Quinta da Bacalhôa.

23 A datação da capela é-nos fornecida por Ana Rita Gomes, Ana Sofia Neves, Daniel Gameiro e Vicente Nequinha no projecto online *História da Artequitectura Portuguesa* ([www.hap.pt](http://www.hap.pt)) na ficha dedicada ao monumento, onde se incluem as reconstituições virtuais da Quinta de autoria de José Luís Madeira.

24 Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, tomo I, Lisboa Oc., Of. Antonio Isidoro da Fonseca, 1741, pp. 628-629.

25 *Di Lucio Vitruvio Pollione de architectura libri dece traducti de latino in vulgare affigurati* de Cesare Cesariano, Como, Of. Gottardo da Ponte, 1521. Ver Francesco Paolo FIORE, “*Le De Architectura de Vitruve* édité par Cesare Cesariano, à Côme en 1521”, Sylvie DESWARTE-ROSA (ed.), *Sebastiano Serlio à Lyon. Architecture et imprimerie*, Lyon, 2004, pp. 355-358.



Fig. 5 Comparação entre um busto presente na arcada triunfal da Igreja do Santíssimo Milagre de Santarém e um dos bustos na Quinta da Bacalhôa.

Não tendo dados concretos sobre a campanha de obras de Azeitão patrocinadas por Brás Afonso, importa olhar para o edifício remanescente, procurando encontrar elementos que nos ajudem a situar melhor tal empreitada. Começemos pelo lado norte. A fachada da apelidada “varanda de Lisboa” apresenta bustos em médio e alto relevo, tão característicos na arquitectura coeva, tanto em exteriores, como em interiores. Já se quis identificar as personagens esculpidas,

querendo ver nelas os primeiros proprietários da Quinta (o Infante D. João e mulher; e D. Brites de Lara e marido). Todavia, sem iconografia segura que sirva de termo comparativo, qualquer tentativa de associar os bustos relevados a retratos corre o perigo de se tornar apenas especulação. Como dissemos, o uso repetido na arquitectura da época desta tipologia de *tondi*, tanto nos portais de igrejas, como nos arcos triunfais da capela-mor, nos arcos das capelas laterais ou ainda na tumulária, não nos permite a identificação dos encomendadores de tais obras ou espaços, mesmo que a proposta por vezes se torne tentadora. Trata-se em nossa opinião de uma questão de gosto a aplicação destes bustos como elementos evocadores da Antiguidade que então se queria emular.

Ao compararmos do ponto de vista plástico os *tondi* da Bacalhôa, é possível aproximá-los da arte do escultor Diogo de Çarça (act. 1525-1555) que trabalhou em Portugal entre os anos 40 e 50 do século XVI, realizando trabalhos ora em pedraria (caso da arcaria triunfal da Igreja do Santíssimo Milagre de Santarém de c. 1542 (Fig. 5) ou dos bustos do remate do Claustro do Convento de Santa Maria de Belém e o tecto da Sala dos Reis por volta de 1543-48, integrados na campanha orientada por Diogo de Torralva); ora em marcenaria (caso dos conjuntos corais do referido Convento hieronimita de c. 1548/1550 ou do já desaparecido que existia no Convento do Carmo em Lisboa de c. 1554)<sup>26</sup>.

O trabalho em pedra dos bustos de Azeitão, a serem de Çarça como nos parece, terá ocorrido na década de 40, uma vez que nos anos 50 o artista esteve mais por Lisboa, ocupado em obra de marcenaria. Além disso, a associação com Torralva na campanha de Belém poderá indiciar uma colaboração mais assídua de ambos na empreitada de Brás Afonso, pista que não vamos de

26 Sobre Diogo de Çarça, Pedro FLOR, “O portal da igreja matriz de Arronches e a escultura do Renascimento em Portugal”, in *O Largo Tempo do Renascimento – Arte, Propaganda e Poder*, Maria José REDONDO CANTERA e Vítor SERRÃO (coord.), Lisboa, Caleidoscópio, 2008, pp. 131-151. Ver também ver Rafael MOREIRA, “O cadeiral dos Jerónimos”, in *O Rosto de Camões e outras imagens*, Lisboa, CNCDP, 1989, pp. 6-11; Diogo Maleitias CORRÊA, *O Cadeiral do Mosteiro dos Jerónimos – entre o Humanismo e a Contra-Reforma*, 3 vols., Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.



Fig. 6 Fachada poente da Quinta da Bacalhôa.

momento examinar. Sublinhe-se, por ora, que a presença da arte de Torralva em Azeitão presente-se por exemplo na concepção das escadas de caracol de Maiorca lá existentes, contemporâneas às que o arquitecto deixou na capela-mor de Santa Maria de Belém (c. 1550?), no Paço da Vila de Sintra (c. 1550-60?) ou no Convento de Cristo de Tomar (1554-1562), neste último onde existe por coincidência obra atribuível a Diogo de Çarça<sup>27</sup>.

Na fachada voltada a poente (Fig. 6), que corresponde em nossa opinião a zona edificada de novo e por isso mais tardia (c. 1550-60), registamos novamente o modelo da varanda de colunas toscanas, deitada desta vez ao jardim, ao tempo pleno de laranjeiras, limoeiros e cidreiras, cercado por muros e com um pequeno passeio que estabelece a ligação ao lago e à Casa de fresco de cubelos de coroamento piramidal. Esta edificação de sobriedade e elegância notáveis torna o complexo da Quinta de Brás Afonso num espaço aprazível e requintado, bem ao gosto transalpino. Além de pequenas capelas votivas, a propriedade possui ainda dois pavilhões quadrangulares de recreio (a Casa da Índia e a Casa das Pombas, assim designadas no tombo do morgado de 1631)<sup>28</sup>. Se o arranque das obras corresponderá aos anos 40 (ou ao final dos anos 30) por motivos estilísticos, a parte poente do edifício, Casa de fresco, pavilhões e respectiva decoração azulejar deverão corresponder à década seguinte. O cronograma de 1554 que encimava o portão de entrada da Quinta, o uso de gravuras datáveis de 1557 nos azulejos do jardim<sup>29</sup>, os azulejos talaveranos situáveis entre 1562-67 do período em que Jan Floris se estabeleceu em Talavera<sup>30</sup> e a data de 1565 dos azulejos da Casa de fresco parecem constituir marcos fiáveis, onde podemos situar o decurso dos trabalhos: primeiro a componente

27 Sobre as escadas helicoidais e os vários caracóis, ler António Oriol TRINDADE, "Sobre a génese e a geometria das escadas em caracol do século XVI em Portugal: o processo conceptual", in *Artis*, nº 7-8, Lisboa, FLUL, pp. 101-130.

28 Joaquim RASTEIRO, *op. cit.*, p. 64.

29 Ana Paula Rebelo CORREIA, "Contribuição para o estudo das fontes de inspiração dos azulejos figurativos da Quinta da Bacalhôa", in *Revista Azulejo*, nº 2, Lisboa, MNAz, 1992, pp. 9-19.

30 Alfonso PLEGUEZUELO, "Juan Flores (c. 1520-1567), azulejero de Felipe II", in *Reales Sitios*, ano XXXVII, nº 146, 4º trim. 2000, pp. 15-23.



Fig. 7 Desenho publicado na obra de Joaquim Rasteiro que reproduz um dos medalhões junto da Casa de Fresco e uma gravura de 1585 de Aegidius Saedeler II.

arquitectónica (anos 40-50) e depois a ornamentação do interior (anos 50-60) com azulejos historiados e de padrão, além de pinturas sobre tela (acrescentamos nós tapeçarias), tetos de estuque ou de bordo pintados e, por último, portais e colunas de fina pedraria de jaspe que completavam com sofisticação a iconografia dos espaços.

O requinte presente tanto nas varandas, como nos outros espaços interiores das casas de Brás Afonso, onde a opção pelo brilho cerâmico

do vidrado azulejar nos parece evidente pela leitura do tombo de 1631, assume-se como elemento distintivo e contrastante com a simplicidade formal do edificado no exterior. Para acentuar o gosto que apostou deliberadamente no azulejo e no colorido intrínseco como modelo decorativo, Brás Afonso (ou alguém da descendência familiar) encomendaria um conjunto de várias obras de terracota vidrada, bem ao modo das que saíram dos fornos da Via Guelfa de Florença, sob a direcção artística dos Della Robbia<sup>31</sup>. Não sendo certa a proveniência florentina dessas peças, a julgar pelos desenhos publicados por Joaquim Rasteiro em 1895 (Fig. 7) e pela observação atenta dos fragmentos remanescentes (hoje em exposição no Palácio)<sup>32</sup>, certa é a junção de obras evocativas de um gosto italiano com os motivos plásticos do Renascimento de Antuérpia, bem patentes nos azulejos do jardim, das varandas com alegorias dos Rios e da Casa de fresco<sup>33</sup>. Estamos em crer que Brás Afonso escolheu criteriosamente os programas iconográficos a adoptar em cada um dos espaços da Quinta, manifestando sobretudo interesse em exhibir os modelos mais requintados que causassem maior impacto visual, do ponto de vista do conteúdo formal e cromático.

31 Sobre Della Robbia, ver por exemplo Giancarlo GENTILINI, *I Della Robbia*, 2 vols., Firenze, Cantini, 1992 e mais recentemente Marietta CAMBARERI, *Della Robbia - sculpting with color in Renaissance Florence*, Boston, MFA Publications, 2016.

32 Pedro FLOR, "The importation of Italian sculptures to Portugal: the case of the Della Robbia", in *Con gran mare e fortuna. Circulação de mercadorias, pessoas e ideias entre Portugal e Itália na época moderna*, Nunziatella ALESSANDRINI, Susana Bastos MATEUS, Mariagrazia RUSSO e Gaetano SABATINI (coord.), Lisboa, FLUL, série monográfica "Alberto Benvenuto", vol. 7, 2015, pp. 35-46. Neste trabalho discute-se pela primeira vez a hipótese de o conjunto de tondi cerâmicos da Bacalhoa não serem de facto devidos aos Della Robbia, pelas evidências das análises laboratoriais entretanto levadas a cabo pelo C2TN da Universidade de Lisboa, sob orientação de Isabel Marques Dias, no âmbito do projecto de I&D, financiado pela FCT e que coordenamos desde 2012, intitulado "ROBBIANA: Della Robbia sculptures in Portugal: art, history and laboratory" [PTDC/HIS-HEC/116742/2010].

33 Sobre os azulejos, a cerâmica de Antuérpia e o seu consumo em Portugal, ver José MECO, *Azulejaria Portuguesa*, Lisboa, Bertrand Editora, 3ª ed., 1985; Claire DUMORTIER, *Céramique de la Renaissance à Anvers*, Bruxelles, Éditions Racine, 2002 e Maria Antónia Pinto de MATOS (coord.), *Da Flandres. Os azulejos encomendados por D. Teodósio II*, 5ª Duque de Bragança (c. 1510-1563), Lisboa, MNáz e Fundação da Casa de Bragança, 2012.

Para terminar a presente reflexão em torno da arte do Renascimento na Quinta de Brás Afonso, analisaremos um das peças mais interessantes em termos de artes decorativas que é o tecto da chamada “Sala das Armas” do palácio (Fig. 8), talvez o último testemunho renascentista que podemos encontrar em todo o conjunto.

Há pouco referimos os tectos de bordo com pinturas, como um dos elementos decorativos mais emblemáticos do palácio, a crer nas palavras no tombo da propriedade de 1631. Nele se diz expressamente:

“(…) *As quaes casas [referindo-se ao conjunto das salas palacianas] têm de salas, camaras, recamaras, retretes, e antecâmaras dezoito em numero, todas espaçosas e todas ladrilhadas e com azulejos pelas paredes, altura de maus de um côvado e alguns retretes todos lavrados de azulejo e os tectos lavrados de bordo e com molduras, e pintados de diversas e agradáveis pinturas, e por baixo outras muitas casas e oficinas e almarios, que respondem às casas superiores, mas repartidas em muito maior numero*”<sup>34</sup>.

Ao percorrermos hoje o palácio, sabemos que o mesmo manteve a traça inicial, mas que os interiores, mercê do abandono a que foram votados, sofreram importantes alterações. Com efeito, as obras de recuperação e restauro do edifício foram coordenadas pelo arquitecto Norte Júnior a partir de Junho de 1935, a expensas da norte-americana Orlena Zabriskie Scoville (1887-1967). Mrs. Scoville, que se interessara pela Quinta logo em Março de 1935 quando a visitou pela primeira vez, veio a adquiri-la anos depois ao proprietário do tempo, Raúl Leitão. Este comprara a Quinta ao rei D. Manuel II em 1908, que por sua vez a herdara do pai. Dessa importante campanha de obras<sup>35</sup> que estaria concluída pelos anos 40 do século XX, resta-nos ainda hoje, na “Sala das Armas”, um desses tectos pintados, embora em muito mau estado de conservação.

O tecto está repartido em nove partes de secções variadas. Ao centro e nos extremos, como que a formar uma cruz da Ordem de Cristo, vislumbram-se cinco dessas partes, todas pintadas com escudos de armas. Nessa secção central, estão colocadas as armas dos Albuquerque (modernas), tal como surgem representadas nos azulejos da Casa de fresco ou na heráldica associada ao Vice-Rei D. Afonso de Albuquerque como nos *Commentarios*: escudo esquarte-



Fig. 8 Tecto da apelidada “Sala das Armas” da Quinta da Bacalhóia

34 Joaquim RASTEIRO, *op. cit.*, p. 62.

35 Parte desta intervenção com fotografias do antes e depois encontra-se num álbum intitulado “*Restoration of the Quinta Palacio da Bacalhóia*”, à guarda da Fundação Berardo, actual proprietária da Quinta.

lado, onde o primeiro e o quarto apresentam cinco escudetes postos em cruz, carregados de cinco besantes em sautor e ainda uma bordadura carregada de (sete?) castelos, a lembrar as armas reais portuguesas; o segundo e o terceiro com cinco flores-de-lis postas também em sautor. Sobre o escudo, vemos um paquife de folhagens, encimado por um castelo(?)<sup>36</sup>.

No lado direito das armas dos Albuquerque, encontramos as dos Castro<sup>37</sup>: escudo com seis arruelas 2, 2 e 2. No lado oposto, estão pintadas segundo nos parece as armas dos Noronhas<sup>38</sup>: escudo esquartelado, o primeiro e o quarto com cinco escudetes em cruz, com cinco besantes, e bordadura de vermelho, carregada de sete castelos; o segundo e o terceiro com um castelo e com dois leões afrontados. No extremo da sala, encontramos representadas as armas portuguesas.

Com este programa heráldico em exibição numa das salas do palácio, investigámos sobre a combinação de tais armas de famílias tão importantes na Corte portuguesa e concluímos que a conjugação das mesmas encontra justificação no enlace matrimonial (1548?) de D. Joana de Albuquerque, filha de Brás Afonso de Albuquerque e D. Maria de Noronha e Ayala, com D. Fernando de Castro (1530-1617), 1º Conde de Basto. Se assim fosse, explicava-se a presença das armas sobreditas num só espaço, como se fosse um tecto ou uma sala celebrativa da união das duas famílias. É matéria que continuaremos a trabalhar num futuro próximo para retirar todas as consequências deste consórcio para a história e vivência da Quinta, até porque o estilo da pintura patente no tecto parece ser mais tardio do que a união entre D. Joana de Albuquerque e D. Fernando de Castro.

Do ponto de vista da atribuição autoral deste conjunto pictórico, os valores cromáticos e de desenho das pinturas nas restantes secções do tecto não são passíveis de aferir com rigor a mão responsável pela sua execução. Todavia, um certo vocabulário *all'antico* com candelabros, figuras fantásticas e híbridas, enrolamentos e folhagens lembram-nos a mundividência e de pintores da craveira de Giraldo Fernandes de Prado (c. 1530-1592), fresquista, calígrafo e pintor de cavelete do último quartel do século XVI, com obra relevante em Almada, Vila Viçosa e Évora, neste local responsável por obras comissionadas pelos Condes de Basto...<sup>39</sup>.

36 Consultar Afonso Eduardo Martins ZÚQUETE (coord.), *Armorial Lusitano*, Lisboa, Zairol, 3ª ed., 1987, pp. 39-40.

37 IDEM, *ibidem*, pp. 152-153.

38 IDEM, *ibidem*, pp. 396-397.

39 Vítor SERRÃO, «A «nobre arte do fresco» em Portugal no fim do século XVI: os focos de Évora e Vila Viçosa. Os pintores Giraldo de Prado, André Peres e Custódio da Costa», in *O Largo Tempo do Renascimento. Arte, Propaganda e Poder*, Maria José REDONDO CANTERA e Vítor SERRÃO (coord.), Lisboa, Caleidoscópico, 2008, pp. 563-624 e Vítor SERRÃO e Vanessa ANTUNES, «Giraldo Fernandes de Prado 'hombre de admirable pincel' (c. 1530-1592)», *Archivo Español de Arte*, vol. 86, nº 344, 2013, pp. 345-362. Sobre a relação de Prado com os Condes de Basto, ver Vítor SERRÃO, «As artes decorativas nas colecções dos Condes de Basto na Évora do final do século XVI», in *Artis - Revista de História da Arte e Ciências do Património*, nº 2, Lisboa, Caleidoscópico, pp. 9-21.



Fig. 9 “O rapto da Europa” em azulejo no jardim da Quinta da Bacalhôa

Integrada num vasto conjunto de quintas de recreio na margem sul do Tejo, mesmo defronte da capital do reino, a Quinta de Brás Afonso de Albuquerque que veio a ficar conhecida na história por Quinta da Bacalhoa, apresenta singular magnificência no contexto dos espaços exteriores e interiores das propriedades congêneres. As dimensões do terreno e a organização das construções devidamente proporcionadas, de aspecto elegante e de feição renascentista, fazem de todo o conjunto um lugar de excepção e torna-o episódio irrepetível na arquitectura de vilegiatura em Portugal. A mudança de planimetria do primitivo edifício tardo-medieval do Infante D. João e de D. Brites de Lara constituiu o principal desafio ao arquitecto responsável (Diogo de Torralva?) pela modelação da nova construção, de acordo com o cânone renascentista, bebido certamente na tratadística de Cesare Cesariano de raiz vitruviana. As obras decorreram em bom ritmo contando, com muita probabilidade, com a participação de artistas importantes no contexto cultural do tempo, dada a riqueza e o prestígio de Brás Afonso de Albuquerque. Dessa plêiade de artistas, a julgar pela obra remanescente, pressentimos a presença do escultor Diogo de Çarça, habitual colaborador de Diogo de Torralva, arquitecto plausível para a traça do novo palácio.

Parte do conjunto azulejar, que reveste um conjunto significativo de paredes e espaços no palácio, deriva de importação de Talavera. Esta cidade tornou-se um verdadeiro centro cerâmico que veio a ganhar projecção com o estabeleci-



Fig. 10 Pormenor de um rodapé da Casa de Fresco da Quinta da Bacalhôa

mento c. 1562 da oficina do pintor flamengo Jan Floris (c. 1520-1567), que por coincidência estivera previamente em Portugal (c. 1555) antes de voltar para Espanha ao serviço do rei Filipe II<sup>40</sup>. Outros azulejos de gosto flamengo são os presentes na envolvente (p. ex. “O Rapto da Europa” (Fig. 9) segundo gravura de 1557 de Bernard Salomon ou de 1563 de Virgil Solis) e no interior da Casa de fresco, datados de 1565, inspirados em gravados de Enea Vico, datáveis de 1542, e de Cornelis Bos (Fig. 10), situáveis em torno de 1548<sup>41</sup>. A autoria dos azulejos da varanda e até da Casa de Fresco (que pode ter sido resultado de uma parceria) deverá contar com o nome do pintor flamengo Jan de Goes (João de Góis), que esteve entre nós, vindo de Antuérpia, pelos anos de 1553/54, dadas certas afinidades plásticas com o conjunto azulejar renascentista do Convento da Graça de Lisboa. A outra mão é seguramente um pintor de apelido “Matos” que a historiografia tem associado a Marçal de Matos, familiar do artista Francisco de Matos que firmou os azulejos da capela de S. Roque da igreja da mesma invocação em Lisboa<sup>42</sup>.

O derradeiro exemplo decorativo de cariz renascentista que encontramos na Bacalhôa é o do tecto da “Sala das Armas”, cuja identidade e circunstâncias de encomenda oferecem ainda dúvidas, embora tenhamos procurado uma explicação admissível para a sua encomenda.

A raridade da mole palaciana de arcarias ritmadas, a envolvente da natureza onde o elemento aquático também marca presença e a fama do singular património azulejar que percorre o catálogo da segunda metade do século XV até ao último quartel do século XVI, excede as expectativas e revela-se aos visitantes como um lugar de constante descoberta, para a qual a presente investigação apenas quis contribuir, salientando a relevância do património arquitectónico civil de Azeitão.

40 Sobre Jan Floris em Portugal, ver Pedro FLOR, “Simón Pereyans pintor da Nova Espanha em Lisboa (1558)”, in *Visiones renovadas del Barroco ibero-americano*, Maria del PILAR LÓPEZ e Fernando QUILLES (eds.), Sevilla, unBRRC, 2016, pp. 98-115.

41 Além do trabalho já citado de Ana Paula Rebelo Correia, ver também Carina BENTO, *Azulejaria da Coleção Berardo – Estudo, Criação de um sistema de Inventário e Gestão da Coleção*, 3 vols., tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

42 Os trabalhos de Santos Simões e de José Meco anteriormente citados referem-se a este assunto. Ver também Pe. Manuel Franco de SOUSA, “Os azulejos da Bacalhôa e seu autor”, in *Revista Azulejo*, n.º 2, Lisboa, MNAZ, 1992, pp. 20-21. Sobre Jan de Goes, ver Francisco BILOU, “Alguns artistas estrangeiros residentes em Portugal (1550-1640). Notas documentais colhidas nos processos da Inquisição de Lisboa”, *Cadernos de Arte*, n.º 1, 2013, pp. 89-98. Agradecemos ao autor e a Céline Ventura-Teixeira as informações prestadas sobre a actividade do pintor no Convento da Graça em Lisboa.

# **NOTAS BIOGRÁFICAS E CURRICULARES DOS AUTORES**

### **ALEXANDRA TRINDADE GAGO DA CÂMARA**

Historiadora de Arte; doutorou-se em História de Arte Moderna na Universidade Aberta onde é Professora Auxiliar e vice-coordenadora do Mestrado em Estudos do Património. As suas áreas de investigação e ensino são as Artes Decorativas, o Património artístico dos séculos XVII e XVIII. É investigadora integrada do Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA) da Universidade de Évora e colaboradora do Centro de Investigação e Tecnologia das Artes - Universidade Católica. Escola das Artes – Universidade Católica Portuguesa – (CITAR) (Linha de Artes Decorativas) e da ARTIS - Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (linha Rede de Investigação em azulejo).

Tem como principais áreas de trabalho os séculos XVII e XVIII nas Artes Decorativas, Iconografia, Cenografia, Arquitetura civil e História Urbana, destacando-se a Azulejaria. Neste âmbito tem publicado diversos estudos e livros e realizado conferências no estrangeiro e em Portugal.

### **ANA CLÁUDIA SILVEIRA**

Ana Cláudia Silveira licenciou-se em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1994, encontrando-se atualmente a preparar uma dissertação de doutoramento em História Medieval, desenvolvendo investigação sobre Setúbal sob orientação da Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade.

É membro do Instituto de Estudos Medievais (FCSH/NOVA) e integra a equipa da Cátedra UNESCO “O Património Cultural dos Oceanos”, que funciona sob coordenação do CHAM – Centro de Humanidades (FCSH/NOVA).

Desempenha funções como técnica superior na Câmara Municipal do Seixal desde 2000, onde tem desenvolvido investigação e projetos expositivos relacionados com o Moinho de Maré de Corroios. Entre 2004 e 2006, coordenou o projeto internacional “Moinhos de Maré do Ocidente Europeu”, financiado pelo Programa Cultura 2000 da Comissão Europeia.

Tem publicado diversos artigos centrados na organização e desenvolvimento dos espaços litorais, na gestão territorial promovida pela Ordem Militar de Santiago nos seus domínios e na relação da instituição com outras esferas de poder. Recebeu, em 2016, o Prémio de História Alberto Sampaio com o trabalho “Lavar o Mar: a dinâmica da produção de sal em Setúbal no contexto dos salgados portugueses. Etapas de uma afirmação internacional” e, em 2017, foi-lhe atribuído o prémio Doutor José Silva Maltez do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (CIJVS) pelo ensaio “Testemunhos históricos sobre a evolução da linha de costa em Portugal”.

### **ANA DUARTE RODRIGUES**

Ana Duarte Rodrigues é professora no Departamento de História e Filosofia das Ciências da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. É investigadora do CIUHCT, e editora responsável pela revista *Gardens & Landscapes*, publicada pela Sciendo. É a investigadora principal do projeto ‘Sustainable Beauty for Algarvean Gardens: Old Knowledge to a Better Future’ (IF/00322/2014) e do projeto ‘Horto Aquam Salutare: O uso eficaz da gestão da água nos jardins da Idade Moderna’ (PTDC/HAR-HIS/28627/2017), financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Tem publicado extensivamente na área de jardins e paisagem sob a perspetiva da História das Ciências e da Tecnologia.

### **ANA LÚCIA BARBOSA**

Arquiteta, frequenta em 2015 o Curso de Doutoramento em Arquitectura do IST-Universidade de Lisboa. Em 1999 termina o Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico da Universidade de Évora. Em 1989 conclui a Pós Graduação no Curso de Patologia Reabilitação e Manutenção de Estruturas e Edifícios, no IST. Em 1988 licencia-se em Arquitectura pela FA-UTL.

Actualmente desenvolve a actividade de Projectista de Arquitectura e de Coordenação de Projectos na Câmara Municipal de Lisboa onde foi galar-dada em 2018 com o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana, na categoria Impacto Social, com a obra de adaptação parcial do extinto Tribunal da Boa-Hora na Escola Maria Barroso, em 1998 com o 1º Prémio do INH e em 2001 com a Menção do Júri, com as obras do PER do Bairro do Bom Pastor em Benfica, primeira e segunda fase de intervenção respectivamente. De 2001 a 2003 encontrou-se requisitada ao IPPAR onde desenvolveu diversos Projectos de Salvaguarda do Património Arquitectónico. De 2002 a 2011 foi docente no Curso de Arquitectura do ISCTE-IUL, onde leccionou e coordenou disciplinas de Projecto de Arquitectura, do Mestrado em Reabilitação Urbana e Arquitectónica e do Mestrado Integrado em Arquitectura.

### **ANTÓNIO CUNHA BENTO**

António Cunha Bento (n. 1946, Setúbal) possui o Curso Superior de Organização e Gestão de Empresas, desempenhou a sua actividade profissional nas áreas de Recursos Humanos e Financeira no ramo da indústria naval, tem prestado colaboração a várias publicações ligadas à região de Setúbal e é sócio de diversas associações da área cultural, integrando os Corpos Sociais da LASA – Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, CEB – Centro de Estudos Bocageanos, Associação Cultural Sebastião da Gama, Clube de Coleccionismo de Setúbal.

É co-autor com João Reis Ribeiro, *Imagens da Península da Arrábida no século XIX – O Panorama (1837-1868) e Archivo Pittoresco (1857-1868)*, LASA, 2004; com vários autores, *Património Azulejar de Setúbal e Azeitão*, LASA, 2008; com vários autores, *Património Azulejar Religioso de Setúbal e Azeitão*, Volume I, LASA, 2009; com Carlos Mouro e Horácio Pena, *Domíngos Garcia Peres um setubalense do coração*, LASA, 2012.

### **BRUNO FERRO**

Bruno Ferro (1977) é natural de Setúbal. Terminou, em 1999, o curso profissional de fotografia, no Instituto Português de Fotografia, tendo-se especializado em seguida em conservação de fotografia antiga e preservação de coleções fotográficas, tendo tido como mestre o especialista Luís Pavão.

Trabalha no Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, do Serviço Municipal de Bibliotecas e Museus da Câmara Municipal de Setúbal, desde o ano 2000, onde tem sido o responsável técnico pela gestão do projeto de conservação da sua coleção fotográfica. Desde 2006, acumula esta função com a coordenação e programação da Casa Bocage. Atualmente, encontra-se em fase de conclusão da licenciatura em Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

### **CARLOS Mouro**

Frequentou o Curso de História (FLL). Desde há muito que tem interesse pela História Local, nomeadamente pela História de Setúbal. Tem publicados alguns textos sobre o tema (individualmente ou em parceria). De entre esses destaca: Mouro, Carlos e Albérico Afonso Alho, “Linhas de evolução da indústria conserveira em Setúbal”, *Estudos locais. Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, Vol. 2, ESE/Instituto Politécnico de Setúbal, 1990, pp. 17-44; Mouro, Carlos e Horácio Pena, *Para a história da iluminação pública em Setúbal*, Setúbal, Universidade Popular de Setúbal, 1997; Mouro, Carlos e Horácio Pena, “Lugar de memória e símbolo de poder. A reconstrução do pelourinho de Palmela em 1907”, in: Ernesto Castro Leal, Odília Castro Leal, Horácio Pena e Carlos Mouro, *Da supressão à restauração do concelho de Palmela. Conjecturas e símbolos*, Palmela, Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela, 1998; Mouro, Carlos, “O Teatro Bocage”, página do Centro de Estudos Bocageanos, in: *O Setubalense*, 25 de Julho e 29 de Agosto de 2001; Mouro, Carlos e Horácio Pena, *Bocage: Os lugares da memória*, Setúbal, Câmara Municipal, 2005; Mouro, Carlos e Horácio Pena, *Carlos Alberto Ferreira Júnior (1906-1997). Um pintor de palavra(s)*, Azeitão, 2006; Mouro, Carlos, “Arronches Junqueiro (1868-1940). A propósito do 140.º aniversário de nascimento”, *O Setubalense*, 26 de Março de 2008; Mouro, Carlos, “Gomes Cardim – um músico setubalense entre Portugal e o Brasil”, *O Setubalense*, 28 de Maio de 2008 (Página do CEB); Mouro, Carlos e Horácio Pena, “Setúbal e os alvares do republicanismo”, *Setúbal 1909. A cidade e o Congresso do Partido Republicano*, Setúbal, CMS, 2009; Mouro, Carlos e Horácio Pena, “A

primeira República e a toponímia”, in: Albérico Afonso (coord.), *Roteiros Republicanos. Setúbal*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, pp. 92-98; Mouro, Carlos, “Biografias”, in: Albérico Afonso (coord.), *Roteiros Republicanos. Setúbal*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, pp. 99-113; Mouro, Carlos e Horácio Pena, “Um colecionador de utilidades: António Casimiro Arronches Junqueiro (1868-1940)”, *Musa. Museus, Arqueologia & outros patrimónios*, n.º 3, Setúbal, Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS)/Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), 2010, pp. 257-278; Mouro, Carlos e Horácio Pena, *Para a história do Club Setubalense (1855-2010)*, [Setúbal], [Club Setubalense], [2011]; Mouro, Carlos, António Cunha Bento e Horácio Pena, *Domingos Garcia Peres (1812-1902). Um setubalense pelo coração*, Setúbal, Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, 2012; Mouro, Carlos e Horácio Pena, “O Padrão de Santo Agostinho. Significações de um esquecido monumento setubalense”, *Movimento Cultural*, Associação de Municípios da Região de Setúbal, 2014, pp. 90-102.

Tem inéditos os seguintes trabalhos: Mouro, Carlos, *A construção da memória social bocagiana. As comemorações em Setúbal, (1864-2005)*, 2 Vols., Setúbal, 2006; Mouro, Carlos e Horácio Pena, *Desenhar a luz. A fotografia em Setúbal (1859-1910)*, Setúbal, 2007; Mouro, Carlos, *Para a história da I República em Setúbal. A Revolução Toponímica (1910-1926)*, Setúbal, Fevereiro de 2007; Mouro, Carlos, *João Pedro Gomes Cardim (Setúbal, 11.9.1832 – S. Paulo, 30.4.1918). Um músico entre Portugal e o Brasil*; Mouro, Carlos, *Subsídios para o conhecimento da actividade litográfica em Setúbal (1893-1988)*; Mouro, Carlos e Horácio Pena, *Setúbal e o cinema*.

### **CARLOS TAVARES DA SILVA**

Arqueólogo e pré-historiador. Autor de vasta obra publicada: catorze livros e mais de duzentos artigos em órgãos da especialidade, nacionais e estrangeiros. Co-director da revista “Setúbal Arqueológica”. Tem proferido numerosas conferências e organizado cursos e seminários. Investigador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e do CEA do MAEDS. Preside à Comissão Científica da Estação Romana de Tróia. Membro da Academia Portuguesa da História. Dirige as Unidades de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines e do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Coordenou o Centro de Estudos Arqueológicos do MAEDS, museu de que foi co-fundador. Exerceu funções docentes no domínio da Pré-história na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Universidade Aberta e Instituto Universitário Ortega y Gasset (Madrid). Tem integrado júris de mestrado e doutoramento na FLUL e FCSH/UNL. Membro de comissões organizadoras e científicas de congressos nacionais e internacionais; da Comissão Organizadora e Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural (IPPC); das Comissões Instaladora e Científica do Parque Natural da Arrábida. Recebeu o Prémio Gulbenkian de Arqueologia/2004, a Medalha de Honra da Cidade de Setúbal/1992, a distinção de Profissional do Ano 2018-2019 do Rotary Club de Setúbal.

### **CÉSAR MEXIA DE ALMEIDA**

Médico estomatologista doutorado na área da Medicina Preventiva e Saúde Pública pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (UL). Professor catedrático aposentado de Medicina Dentária Preventiva da Faculdade de Medicina Dentária da UL.

### **DIOGO FERREIRA**

Licenciado em História (2010-2013) e Mestre em História Contemporânea (2013-2015) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com a dissertação “Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)”, orientada cientificamente pela Professora Doutora Maria Fernanda Rollo. Presentemente encontra-se a desenvolver uma tese doutoral intitulada “Setúbal entre Guerras (1919-1945): Um itinerário de história local”, sendo bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/131519/2017). Entre crónicas no jornal *O Setubalense* e comunicações em congressos, publicou, em co-autoria, os livros *História de Portugal e A Vida e os Feitos dos Navegadores ao serviço de Portugal (1419-1502)*, da colecção «O que todos precisamos de saber» na Verso de Kapa, e *Os Combatentes do Concelho de Setúbal na Grande Guerra em França (1917-1918)*. Publicou a sua tese de mestrado junto da editora Estuário. Integrou a equipa de investigação do projeto “História dos 250 anos da Imprensa Nacional”.

### **FRANCISCA RIBEIRO**

Licenciada em História, com Variante em História da Arte (1987), pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e pós-graduada em Museologia pelo ISMAG (Instituto Superior de Matemática e Gestão) e Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa (1995). Técnica superior da Câmara Municipal de Setúbal, desempenha funções no Museu de Setúbal/Convento de Jesus desde 1988. A sua atividade profissional inclui a participação em variados e distintos projetos culturais, patrimoniais e educativos do Serviço dos Museus Municipais. Exerce funções de conservadora/museóloga, gerindo as coleções de arte do Museu de Setúbal/Convento de Jesus e projetando e/ou coordenando e/ou comissariando (e secretariando) exposições nas áreas da História da Arte, História Local e Artes Plásticas. Nesse contexto, entre outras funções, inventaria, pesquisa e estuda, os bens culturais incorporados no acervo de Arte do Museu, e redige documentação técnica de cariz interno, mas também, pontualmente, textos de divulgação das coleções e de contextualização histórica, artística, patrimonial, em conformidade com as temáticas expositivas, com destaque para a coordenação do Catálogo dos “50 Anos do Museu de Setúbal Convento de Jesus (1961-2011)”.

## **HÉLDER CARITA**

Arquitecto. Doutoramento em História da Arte Moderna – arquitectura e urbanismo, com o tema «Arquitectura Indo-Portuguesa na Região de Cochim e Kerala, modelos e tipologias do séc. XVI e XVII». Investigador do Instituto de História da Arte da FCSH-UNL, divide os seus domínios de investigação entre arquitectura e urbanismo sendo uma das suas áreas privilegiadas a arquitectura civil. Entre as suas mais significativas obras publicadas destacam-se: *A Casa Senhorial em Portugal*, Lisboa, Leya, 2015; *Arquitectura Indo-Portuguesa na Região de Cochim e Kerala*, Lisboa, Transbooks, 2008. Ed. Inglesa: *Indo-Portuguese Architecture in Cochim and Kerala*, New Dely, Transbooks. 2009; *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1496-1521)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999; *Os Palácios de Goa - Modelos e Tipologias de Arquitectura Civil Indo-portuguesa*. Ed. Quetzal, Lisboa, 1995. Ed. Francesa - *Les Palais de Goa*. Ed. Michel Chandaigne: Paris, 1996. Ed. Inglesa *Palaces of Goa*. Ed. Cartago, London. 1999; *Le Palais de Santos*, Ed. Michel Chandaigne, Lisboa, 1997; *Jardins em Portugal - Tratado da Grandeza dos...*, Ed. de Autor, Lisboa, 1987, Ed. Inglesa - *Gardens of Portugal*. Antique Collector's Club, London, 1989.

## **HUGO O'NEILL**

Hugo O'Neill, é um consultor financeiro registado, detém uma post-graduação em Direcção de Empresas pela AESE (1979) detém o grau de Master of Arts *honoris causa* pela National University of Ireland de Galway (2004), é Presidente da Direcção da Associação Portuguesa das Casas Antigas e Governador da European Historic Houses Association, é membro do Conselho Coordenador do Forum do Património.

Colaborou com o Centro Nacional de Cultura na preparação do Congresso da Europa Nostra de Junho de 2012 em Lisboa, com uma apresentação sobre o estado do património abrangendo as casas históricas de Portugal. Preparou, em Março de 2013, a nomeação do Convento de Jesus ao Programa da Europa Nostra e EIB Bank Institut - 7 Most Endangered Sites in Europe que foi aceite por unanimidade. Preparou em colaboração com a Associação dos Jardins Históricos e com o Gabinete de Arquitectura Paisagista da Professora Cristina Castel-Branco a candidatura da Quinta das Machadas ao Fundo EEA Grants. É Vice-Presidente da A7M – Associação do Festival de Música de Setúbal em representação do Helen Hamlyn Trust de Londres. Nesta última qualidade colaborou na montagem do projecto de recuperação do Forte de Albarquel financiado pela HHT e cuja obra se inicia em Abril corrente.

## **INÊS GATO DE PINHO**

Inês Gato de Pinho é licenciada em Arquitectura (UM 2004), mestre em Arquitectura com especialização em Reabilitação Urbana e Arquitectónica (ISCTE-IUL 2012) e doutoranda em Arquitectura no Instituto Superior Técnico/Universidade de Lisboa.

Estagiou na Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e na Câmara Municipal de Setúbal. Trabalhou como *freelancer* entre 2006 e 2015, período no qual colaborou com o atelier Soraya Genin – Arquitectura e Restauro e onde desenvolveu trabalhos de investigação, projecto e acompanhamento de obras de restauro e reabilitação (Moinho de Maré de Corroios, Palácio de Santos, Liceu Francês Charles LePierre, Igreja de S. Luís dos Franceses e Assembleia da República).

É membro da SPEHC (*Sociedade Portuguesa de Estudos de História da Construção*) e da SIEJ (*Sociedade Internacional de Estudos Jesuítas*). É investigadora (membro colaborador) no CERIS — *Civil Engineering Research and Innovation for Sustainability* do Instituto Superior Técnico/Universidade de Lisboa, onde desenvolve a tese de doutoramento em Arquitectura, intitulada “*Modo Nostro*” e a *especificidade da Arquitectura dos colégios da Companhia de Jesus da Província Portuguesa. Do período filipino à expulsão dos jesuítas (1580-1759)*, apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/110211/2015).

É autora e co-autora de artigos e livros relativos à história local e História da Arquitectura Portuguesa.

### **JOÃO BERNARDO GALVÃO TELES**

João Bernardo Galvão Teles, sócio da LMT Consultores em História e Património, é licenciado em Direito, académico correspondente da Academia Portuguesa da História e sócio efectivo do Instituto Português de Heráldica, sendo actualmente redactor da sua revista *Armas e Troféus* (publicação fundada em 1932). Foi subdirector do Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos da Universidade Lusíada de Lisboa (1998-2011) e exerceu o cargo de secretário-geral da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (2002-2013). É autor de diversos livros e artigos científicos, desenvolvendo a sua actividade académica sobretudo nas áreas da História Social, História da Família e História do Património. Foi galardoado com o Prémio Instituto Português de Heráldica em 2002 e 2005. Como consultor, tem trabalhado com especial incidência na área do património imobiliário, quer para sociedades de advogados, quer para projectistas, promotores e investidores imobiliários, quer ainda para diversas entidades nos sectores do turismo e vinhos de quinta.

### **JOÃO SANTOS**

Licenciado em Ciência Política (2010-2013) pelo ISCTE-IUL e Mestre em História Contemporânea (2014-2017) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com a dissertação “‘Somos Operários, é Malta do Ferro’ – Desindustrialização, Classe e Memória Operária em Setúbal”, orientada cientificamente pelo Professor Doutor José Neves. Actualmente encontra-se no primeiro ano de doutoramento em História onde está a desenvolver o seu projeto de tese intitulado “Industrialização e Desindustrialização na Região de Setúbal – Para uma História Cultural do Trabalho”.

## **JOÃO VIEIRA CALDAS**

Licenciado em Arquitectura (ESBAL, 1977), Mestre em História de Arte (FCSH-UNL, 1988) e Doutoramento em Arquitectura (IST-UTL, 2007). Dividiu a sua actividade profissional entre a prática da arquitectura, o ensino, a investigação e a crítica. Trabalhou em projectos de intervenção no património construído e participou em inventários e estudos sobre o Património Arquitectónico e Urbano. Actualmente é professor de História e de Teoria da Arquitectura no Mestrado Integrado em Arquitectura do IST, lecciona no Curso de Doutoramento em Arquitectura do mesmo Instituto onde também se dedica à investigação no quadro do CITUA. Tem predominantemente investigado, publicado artigos e livros, comissariado ou co-comissariado exposições e orientado teses de mestrado e de doutoramento nos domínios do património arquitectónico, da arquitectura portuguesa das épocas moderna e contemporânea e da história da arquitectura doméstica (urbana ou rural, erudita e vernácula).

## **JOAQUINA SOARES**

Doutorada em História, especialidade Pré-História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Curso de mestrado em planeamento urbano e desenvolvimento regional na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; pós-graduação em museologia na Universidade Lusófona; Licenciatura em Geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Directora do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)/AMRS; Investigadora integrada do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Coordenadora da plataforma museológica FIDS e da revista “Musa. Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios”; co-directora da revista “Setúbal Arqueológica”; membro do conselho consultivo da APOM; membro de júri de avaliação científica da FCT; arguição de teses de mestrado e doutoramento. Directora de várias dezenas de intervenções arqueológicas e de projectos de investigação em Pré-história holocénica, Arqueologia urbana e de salvamento, Arqueologia social e regional. Extensa obra publicada, quer sob a forma de livros, quer de artigos em revistas da especialidade nacionais e estrangeiras. Foi professora de Pré-história, Proto-história e mestrado na FCSH/ UNL e na FLUL. Para mais informação ver: [http://maeds.amrs.pt/informacao/Joaquina\\_Soares\\_CV\\_2018.pdf](http://maeds.amrs.pt/informacao/Joaquina_Soares_CV_2018.pdf).

## **MANUELA TOMÉ**

Em 2015 obteve o grau de Doutor em Arquitectura pela U. Beira Interior, com a tese *SETÚBAL: Topologia e Tipologia Arquitectónica (séc. XIV - XIX) – Memória e futuro da imagem urbana*. Em 1996 obteve o grau de Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico pela U. Évora, com a dissertação *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas – Estudo Histórico Arquitectónico, Acções para a Sal-*

*vaguarda do Património Edificado*. Em 1984 obteve o de Curso de Pós-Graduação em Planeamento Urbanístico pela Faculdade de Arquitectura de Lisboa. Em 28 de Julho de 1977 concluiu a Licenciatura em Arquitectura (seis anos) pela Escola Superior de Arquitectura de Lisboa (ESBAL).

De 1975 a 1979 foi professora no ensino secundário, tendo leccionado a disciplina de Educação Visual. Em 1979 iniciou a sua actividade de arquitecta na Câmara Municipal de Palmela. Em 1983 passou a exercer funções na Câmara Municipal de Vila Viçosa onde desempenhou o cargo de Chefe da Divisão de Administração Urbanística. Em 1988 passou a exercer funções na Câmara Municipal de Setúbal onde desempenhou os cargos de Chefe da Divisão de Habitação, de Chefe da Divisão de Promoção de Obras, de Coordenadora do Gabinete dos Centros Históricos e de Chefe da Divisão de Projectos, Concursos e Empreitadas. Integra o Serviço Municipal de Protecção Civil e Bombeiros, da C.M.S., desde Novembro de 2007, onde tem colaborado na execução de vários estudos desde 2003, com especial destaque para o Plano Municipal de Intervenção no Centro Histórico de Setúbal.

De 2000 a 2008 foi professora na Universidade Moderna de Setúbal, tendo leccionado as disciplinas de Reabilitação de Edifícios e Sítios e de Atelier 4, ao 5.º ano da licenciatura em Arquitectura e ao Mestrado Integrado em Arquitectura.

É revisora do *Journal of Civil Engineering and Architecture (JCEA)*, da David Publishing Company, USA, desde 2014/Jan. Tem desenvolvido a actividade de investigação, com a apresentação de comunicações e conferências na sua área de pesquisa. É autora de várias publicações na área do património e protecção civil.

### **MARIA JOÃO BOTELHO MONIZ BURNAY**

Licenciada em Ciências Históricas pela Universidade Lusíada de Lisboa, realizou Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, no Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Entre 1995 e 2011 integrou o Serviço Educativo do Palácio Nacional da Ajuda. Desde 2011 é conservadora da coleção de Vidros, e luminárias, tem publicado vários artigos e participado em conferências em Portugal e no estrangeiro sobre as coleções da Casa Real Portuguesa.

Foi, com a Professora Rosa Barovier Mentasti, comissária da exposição “Ricordo di Venezia. Vidros de Murano da Casa Real Portuguesa” patente no Palácio Nacional da Ajuda de Junho de 2015 a Janeiro de 2016. É ainda membro do *ICOM (International Council Of Museums)/GLASS* e da *Light and Glass. European Society for Light & Glass*.

### **MARIA JOÃO PEREIRA COUTINHO**

Licenciada em Artes Decorativas Portuguesas, mestre em História da Arte e doutora em História (especialidade em Arte, Património e Restauro). Minis-

trou unidades curriculares na Escola Superior de Artes Decorativas Portuguesa da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva e na Universidade Católica Portuguesa. Entre 2006 e 2009 foi bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/22602/2005) e entre 2010 e Fevereiro de 2012 foi bolsista do projeto “Lisboa em Azulejo antes do Terramoto” (PTDC/EAT-EAT/099160/2008) do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, de que é membro integrado. Desenvolveu também um pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/85091/2012) e é docente convidada no Curso de 1º Ciclo em História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tem participado em encontros nacionais e internacionais, de carácter científico, organizado colóquios e congressos e tem colaborado com projetos culturais, no âmbito da História da Arte e Artes Decorativas.

### **MIGUEL MONTEZ LEAL**

Miguel Montez Leal é investigador integrado do Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutorado em História da Arte Contemporânea (UNL), Mestre em História da Arte Contemporânea (UNL), licenciado em História (UNL), possui as pós-graduações em Estudos Europeus (Dominante Jurídica), pela Universidade Católica Portuguesa e no Ramo de Formação Educacional em História (UNL). Tem participado em variados colóquios e congressos no âmbito da história da arte e da história, e tem publicado diversos artigos científicos em revistas e obras da especialidade. Pertence ao Instituto Português de Heráldica.

### **PEDRO FERNANDES**

Licenciado em Comunicação Social pela Escola Superior de Educação de Setúbal e Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, desempenhou funções como responsável de comunicação no Espaço Público Europeu sob tutoria da Representação da Comissão Europeia em Lisboa e trabalha atualmente como editor e coordenador de um projecto de iniciativa própria. Desenvolve desde 2014 uma investigação relativa às antigas quintas de Setúbal e arredores próximos.

### **PEDRO FLOR**

Doutorado em História da Arte Moderna pela Universidade Aberta em 2006. Desde 1998, lecciona várias unidades curriculares na área da História da Arte e da Museologia nos Cursos de 1º, 2º e 3º Ciclos de História, especialidade Estudos do Património na mesma Universidade. É Sub-Director e membro investigador do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais

e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena a linha de investigação “Estudos sobre Lisboa”. É o Investigador Responsável do projecto “ROBBIANA - The Della Robbia sculptures in Portugal: History, Art and Laboratory” (PTDC/HIS-HEC/116742/2010), aprovado para financiamento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Colabora com o Departamento de História da Arte da mesma Faculdade na leccionação de várias unidades curriculares do Curso de 1º Ciclo em História da Arte. Tem desenvolvido diversos trabalhos de investigação no âmbito do Renascimento e dos Estudos Oisiponenses, participando em diversos encontros de carácter científico nacionais e internacionais e publicando variados textos da especialidade. É Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História. É actualmente o Presidente da Associação Portuguesa de Historiadores da Arte.

### **PEDRO MARQUES ALVES**

(Setúbal 1982) Licenciado em Arquitectura em 2006 pelo ISCTE e Mestre em Arquitectura em 2009 pelo ISCTE-IUL, tem dividido o seu percurso profissional por projectos de investigação e consultoria e pela prática da arquitectura. Os primeiros em contexto académico (ISCTE-IUL, Lisboa); e a segunda, com colaboração em diferentes ateliers – Pedro Mendes Arquitectos, lda. (Lisboa), DHV, S.A. (Lisboa), Maxwan (Roterdão), NLUS (Haia), SAMI (Setúbal) – e, com o seu próprio atelier: Alves Arquitectos (Setúbal).

O conjunto destas experiências tem lhe permitido desenvolver projectos em contexto nacional e internacional, assim como, a atribuição de algumas distinções. Em 2006, em colaboração com Pedro Mendes Arquitectos, lda. venceu o Prémio European; em 2014 foi finalista do Desafio Ideias de Origem Portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian; e, em 2015 o seu filme “Atelier da Rua” foi projectado no New Urbanim Film Festival, em Los Angeles.